

Editorial

No momento atual, em que o país vivencia um projeto político/econômico pautado pelo incentivo público a um novo ciclo de desenvolvimento, a área de avaliação de políticas públicas, ainda em formação em nosso país, ganha um lugar de destaque, uma vez que o incremento de políticas demanda, tanto da parte das agências internacionais como dos próprios órgãos governamentais, um maior acompanhamento e avaliação do seu processo de implementação e dos resultados obtidos.

Com o intuito de participar ativamente da construção e fortalecimento da área de políticas públicas, em nível nacional, é que o Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da UFC, o MAPP, como único curso de pós-graduação especificamente voltado à formação de avaliadores de políticas públicas no país, vem se voltando para o desenvolvimento de estratégias que articulem a formação em avaliação de políticas públicas à realização de pesquisas na área, bem como à divulgação dos resultados das mesmas.

Vale destacar que, dentre os 4.111 programas de pós-graduação no país, conforme consta da base de dados da Capes, são em número de dez os que se voltam especificamente a formação em políticas públicas, cinco deles de constituição recente e alocados na área interdisciplinar, o que a princípio parece contradizer as alegações quanto ao lugar de destaque que a área de políticas públicas vem ocupando, bem como ao incremento da demanda em pesquisas na área. O entendimento deste aparente paradoxo ficará mais claro a seguir.

Um levantamento que realizamos junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq mostra que existem 1.313 grupos de pesquisa cadastrados atuando na área de políticas públicas, distribuídos por 46 áreas e subáreas do conhecimento, abrangendo desde áreas tradicionais no estudo de políticas públicas como a educação, saúde, planejamento urbano, economia, serviço social e ciências agrárias, até áreas que mais recentemente se voltaram para o estudo da temática, como das engenharias, ecologia e comunicação e outras de inserção ainda mais recente, como as artes e a filosofia.

Os dados mostram, portanto, que, embora o número de cursos de pós-graduação na área seja pequeno, ainda que tenha crescido substancialmente nos últimos cinco anos, a produção em pesquisa é extensa e intensa, mas se encontra alocada em um grande número de áreas e subáreas do conhecimento. O esforço daqueles que, como nós, atuam mais diretamente com a temática, precisa ser o de aglutinar esse conhecimento, desenvolvendo mecanismos de troca dos resultados das pesquisas produzidas, bem como a reflexão teórico-metodológica desenvolvida, de forma que a área se solidifique e seja possível, cada vez mais, voltarmos para a construção de uma reflexão própria, no país. Esta é a grande proposta da presente publicação, cujo segundo número ora disponibilizamos ao leitor.

A edição dos dois primeiros números da *AVAL - Revista Avaliação de Políticas Públicas* deixa claramente evidente o seu alcance, no que tange a sua qualidade de veículo aglutinador da reflexão sobre a temática, que vinha se produzindo até então de forma fragmentada no país. Em especial, destacamos a receptividade obtida junto a pesquisadores de diferentes universidades e regiões do país, seja os que se dispuseram a colaborar como membros do Conselho Editorial, cumprindo a cuidadosa tarefa de emitir os pareceres dos artigos, seja aqueles que nos brindaram com seus textos.

Por fim, essas primeiras edições evidenciam, ainda, seu grande potencial de se constituir em um veículo de reflexão e debate sobre as políticas públicas na América Latina, haja vista a receptividade que, num primeiro momento, tivemos junto a pesquisadores da Argentina, o que se espera venha a se expandir ao longo do tempo para outros países do continente, de forma que possamos nos beneficiar mutuamente das experiências diferenciadas que vêm sendo produzidas nos diferentes países. A intenção é que possamos, assim, construir uma reflexão cada vez mais voltada para as especificidades locais e regionais que se apresentem como contraponto às formas de pensamento hegemônicas e exógenas que tendem a se impor em nosso continente.

